



PROJOVEM URBANO: diferença na cidadania dos egressos ludovicenses

Edinólia Portela Gondim¹

Resumo: Avalia os resultados do PROJOVEM Urbano/2005, programa implementado em São Luís - MA. Pesquisa realizada no ano de 2010 com 154 sujeitos tendo como pergunta principal: **Qual a diferença provocada pelo PROJOVEM na vida dos egressos residentes em São Luís- MA?** Demonstra os resultados obtidos junto aos egressos de acordo com os objetivos do programa, comparando-os com os resultados alcançados no grupo dos não ingressantes, relacionando-os com o conceito de cidadania. Conclui revelando que a despeito das inúmeras variáveis contextuais, o PROJOVEM provocou diferença na vida dos egressos ludovicenses. Contudo, no referente à cidadania, o programa não contemplou plenamente os requisitos.

Palavras Chave: ProJovem; Cidadania; Jovens Egressos; Avaliação

Abstract: It evaluates the results obtained from PROJOVEM Urban/2005 in Sao Luis, MA. This research was conducted in 2010 with 154 subjects. The main question was: what was the difference caused by PROJOVEM in the lives of graduate students living in Sao Luis? It shows the results obtained from the graduates according to the program objectives comparing them with the results acquired from undergraduate students, relating them to the concept of citizenship. It concludes revealing that even though numerous contextual variables, the difference caused by PROJOVEM in the lives of graduate students from Sao Luis was relevant. However, in relation to citizenship, the program did not include all requirements.

Keywords: ProJovem; Citizenship; Young graduates; Evaluation

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: edinolia@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é parte da pesquisa que realizamos para nossa tese de doutorado em que avaliamos o ProJovem (PJ) implementado nos anos de 2005/2006, na cidade de São Luís-MA. O trabalho assume-se como uma abordagem qualitativa que se complementa com dados quantitativos. A mesma aproxima-se de uma análise comparativa, na medida em que utilizamos um grupo de controle como uma particular estratégia. Para tanto, contatamos com 154 sujeitos, 74 egressos e 80 não ingressantes do programa.

Na perspectiva de garantirmos mais fidedignidade no resultado do estudo, conforme aponta Draibe (2001), a pesquisa de campo foi realizada no ano de 2010, após três anos que os jovens haviam concluído o curso, tempo considerado suficiente para observarmos as interferências diretas do programa sobre os seus beneficiários.

Para imprimir rigor ao estudo e extrair resultados fiéis de maneira eficiente, optamos pela combinação de duas técnicas: grupo focal², com a utilização de questões/temas, e aplicação de questionário. As duas técnicas foram utilizadas também no grupo de controle, este empregado com fins comparativos em relação ao grupo de jovens egressos, com o objetivo de estimar os efeitos de outras políticas que costumam superestimar os dados obtidos nos grupos avaliados. (ARRETCHE, 2001; DRAIBE, 2001).

Por considerar a avaliação como um fenômeno em movimento que interage com os sujeitos e o contexto (MINAYO, 2005; SILVA, 2008), e ainda atentos à defesa de que a associação das propostas teóricas de avaliação com os estudos antropológicos pode produzir estudos promissores, embora não excluídos de contradição, elegemos como pergunta principal de pesquisa: **Qual a diferença provocada pelo PROJOVEM na vida dos egressos residentes em São Luís- MA?**

Os resultados obtidos em resposta a mencionada questão, são o foco do nosso estudo e serão discutidos a seguir.

2. PROJOVEM, CIDADANIA E JOVENS EGRESSOS DE SÃO LUÍS: qual a diferença?

A Política Nacional para juventude brasileira implementada em meados da década de 2000 é composta por três propostas que teriam que atuar simultaneamente: a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa

²Técnica que possibilita contato mais estreito com os sujeitos e melhor flexibiliza as informações em pesquisas com amplo número de sujeitos.



Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem³, programa socioeducativo, configurado como uma política específica, componente estratégico da Política brasileira de Juventude, localizando-se naquele contexto sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em sua concepção teórica o PJ, reafirma a condição de cidadania dos jovens e ressalta que pretende tirá-los do estado de vulnerabilidade em que se encontram. Para tanto, lhes oferece a oportunidade de voltar à escola, a chance de identificar as oportunidades de trabalho por meio da qualificação profissional e a possibilidade de construir experiências de ações junto à comunidade em que estão inseridos (BRASIL, 2005), o que para nós significa proporcionar-lhes noções de cidadania.

Entendemos que ser cidadão, em primeiro lugar, está diretamente ligado ao princípio do “direito a ter o direito” (ARENDRT, 2007), assentado e inalienavelmente adquirido por meio da própria condição de ser humano. Contudo, ao relacionarmos as concepções teóricas filosóficas com a objetiva realidade das sociedades capitalistas, como esta em que vivemos, e considerando ainda a concepção de cidadania inaugurada no século XX – a qual se tornou necessária a partir dos descompassos insurgidos no seio do próprio contexto social –, observamos que a condição humana se vincula diretamente a situações dignas de sobrevivência, o que significa ter direito de acesso ao bem estar econômico e de usufruir dos bens produzidos socialmente, dos padrões de desenvolvimento e da herança social e cultural da sociedade. Portanto, é preciso que o indivíduo esteja minimamente situado acima da linha da pobreza e que tenha direito ao trabalho digno⁴, com salários compatíveis, direito à escola de qualidade, e ao sistema de bem estar.

Desta forma, compreendemos que, em linhas gerais, à medida que o PJ promove o acesso da juventude aos mencionados bens sociais e culturais, está retirando a juventude de uma situação de vulnerabilidade e, indubitavelmente, proporciona-lhes oportunidades de inserção, ainda que não plenamente satisfatórias.

³ O objeto do estudo é o PJ Urbano implementado em 2005 nas capitais brasileiras, destinado a jovens de 18 a 26 anos de idade em estado de vulnerabilidade, que sabiam ler e escrever mas não haviam concluíram o ensino fundamental. O programa tinha durabilidade de 18 meses e os jovens recebiam uma bolsa de 100 reais para frequentá-lo. Reformulado em 2008 o PJ passou a denominar-se de Integrado (PJ Urbano, PJ Adolescente, PJ Campo, PJ Trabalhador), em 2012 sofreu novas mudanças quando se desvinculou dos demais PJs e migrou para o Ministério da Educação.

⁴ O mesmo que trabalho decente defendido pela Organização Internacional do Trabalho -OIT, (2006) aquele com remuneração que garanta condições de manutenção do indivíduo e de sua família, previdência social, férias, salubridade, etc.,



Entendemos que a política social e os seus programas, existem para produzirem mudanças positivas na vida das pessoas, sendo que essas mudanças, no caso dos beneficiários do PJ, começariam pela confirmação da cidadania juvenil, pela via da escola, do trabalho e do engajamento social.

Nesta perspectiva, quando nos propusemos a avaliar o PJ com o objetivo de examinar a diferença que esse programa provocou na vida dos beneficiários residentes em São Luís, nossas intenções se direcionaram para sabermos das contribuições do programa para o exercício da cidadania dos concluintes. Para tanto, tomamos como base as finalidades do programa, os seus objetivos e as suas expectativas, os quais expressam de forma ampliada importantes fatores, tais como:

- A reinserção do jovem na escola;
- A capacitação dos jovens para que pudessem identificar oportunidades de trabalho e inserirem-se no mundo do trabalho;
- O desenvolvimento de ações que lhes possibilitassem experiência em ações comunitárias.

Ratificamos que os sujeitos pesquisados se constituem em uma amostra da juventude da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Assim sendo, temos jovens que compartilham da cultura, das formas de agir, de ser, de pensar e de sentir da juventude brasileira e latina americana, as quais se interrelacionam, mas guardam em si características particulares e específicas: regionais e locais.

Levando em conta nossa condução metodológica avaliativa, a qual considera a interação entre o fenômeno, os sujeitos e a totalidade situacional (MINAYO, 2005; SILVA, 2008), percebemos que os resultados do programa na vida dos beneficiários possuem estreita relação com seu contexto de inserção. Do mesmo modo, ao averiguarmos a diferença entre o grupo de egressos e o grupo de não ingressantes no que se refere aos aspectos avaliados, e tomando como referência a questão de pesquisa, verificamos a grande importância da conjuntura contextual para a juventude pesquisada, tanto no que tange aos avanços, quanto aos retrocessos em seu processo de vida.

No entanto, ao aprofundarmos as análises comparativas e considerando que o grupo de controle é composto por jovens com características e situações de vida similares à dos concluintes do programa, notamos que existem variáveis que sinalizam avanços que se referem, prioritariamente, à existência do programa não isolado, mas tomado nesse contexto (MINAYO, 2005; SILVA, 2008). Dentre estas, podemos citar o prosseguimento na educação formal como uma das variáveis de maior expressividade, tendo em vista a constatação de



que 71,6% dos jovens egressos continuaram os estudos, contra 31,2% de jovens não ingressantes que compuseram o grupo de controle.

Outra questão que se nos apresenta – não de forma imediatamente reveladora, mas após persistentes indagações e desvelamento das aparências que geralmente acobertam os fenômenos pesquisados (BACHELARD, 1996) – é a relação direta do jovem com o mercado de trabalho. Entre os egressos, durante o ano de 2010, não foram localizados jovens desenvolvendo atividades de “bico”, ao passo que, entre os não ingressantes, localizamos 41,25%. É necessário destacar que nos anos de 2005 e 2006 o número de jovens egressos que ocupavam postos de trabalho dessa natureza alcançava a mesma média dos existentes no grupo de controle: sessenta (60) egressos e cinquenta e sete (57) não ingressantes. Contudo, embora não tenhamos localizado jovens egressos na condição de trabalho de “bico”, o número dos que estavam naquele momento formalmente trabalhando ou mesmo recebendo salários mensais era, em média, o mesmo dos não ingressantes, e, portanto não existe diferenciador significativo. Os dados a seguir melhor elucidam nossas afirmações.

Egressos:

- 31 jovens estavam recebendo salários mensais, porém, sem vínculo formal de trabalho;
- 41 tinham vínculo formal de trabalho;
- nenhum em trabalho de “bico”.

Não ingressantes:

- 48 jovens sem vínculo formal, mas, com salários mensais;
- 32 com vínculos formais;
- 33 situados em atividades denominadas bico.

Além disso, estes jovens (egressos), em maioria, estavam, no momento da nossa pesquisa, localizados no ramo da construção civil ou em postos de trabalho considerados socialmente de menor valor, recebendo salários incompatíveis com o esforço laboral despendido. Isso revigora nossa atenção sobre uma das finalidades do programa, que versa sobre a identificação de oportunidade de trabalho e não sobre a capacitação para o mundo do trabalho (BRASIL, 2005).

A terceira questão que se revela como uma variável no diferenciador do programa na vida dos egressos remete-se ao último item por nós perquirido: o engajamento desses jovens concluintes em ações comunitárias, tendo em vista ser essa uma das



dimensões do programa, e que se interrelaciona com as suas finalidades e expectativas. Nesse item observamos um acentuado espírito gregário nos dois grupos pesquisados (egressos e não ingressantes), mesmo porque, nesse estudo, a expressão maior de ação comunitária se desloca para a agregação juvenil no interior das manifestações culturais. Tal deslocamento se justifica, pois, em São Luís, como em outros contextos que valorizam as expressões cultural/religiosa, essas também funcionam como elo que congrega e fortalece vínculos entre as pessoas, bem como, entre as pessoas e o próprio lugar/ comunidade.

Desta forma, o diferenciador que se revelou como efeito produzido pelo PJ nesse item se assentou, essencialmente, na existência de um número razoável de jovens egressos engajados em atividades de expressões culturais, realizando tarefas e/ou localizados em postos de comando ou na condição de brincantes. Entre esses jovens 47 foram engajados após o PJ, sendo que 20 localizavam-se em postos de comando, enquanto que no grupo dos não ingressantes encontramos 31 jovens que se engajaram após os anos de 2005/2006 e somente 2 estavam em postos de comando. No grupo dos egressos, todos, de forma ampliada ou restrita, atribuíram ao PJ o mérito por desenvolverem as mencionadas tarefas.

2.1. E a cidadania?

Salvo as exclusões sofridas pelos jovens no interior das escolas, por terem feito suas formações em cursos como o PJ, confirmamos o prosseguimento da escolarização básica como o diferencial mais significativo produzido pelo programa na vida dos egressos residentes em São Luís, congregando neste um dos expressivos pilares que asseguram a cidadania.

Já no atinente ao engajamento dos jovens nas expressões culturais de cunho coletivo comunitário, os efeitos do PJ, no sentido diferenciador de sua contribuição para cidadania, são expressos de outro modo, pois os resultados nos levam a admitir que o programa tenha proporcionado à juventude egressa ações concretas que lhes permitiram o exercício da cidadania, entretanto, em um plano mais abstrato, a exemplo, a consciência de que a sua condição humana lhe possibilita “o direito ao direito”.

Essa juventude leva uma *vita activa*, (ARENDET, 1992) na medida em que, por meio da sua participação nas expressões culturais, é condicionada pela cultura e pelas normas sociais e organizacionais existentes, as quais foram inventadas por outros homens



que por lá passaram, ao mesmo tempo em que dá à juventude prosseguimento a essas invenções e são inventadas outras mais. Por meio dessas organizações coletivas são transpostos impedimentos no sentido de entender e requerer progressivamente novos direitos (ARENDDT, 1992).

Entretanto, no quesito trabalho, um dos bens mais requisitados pela humanidade na contemporaneidade, em especial nas sociedades capitalistas, o diferencial produzido pelo PJ, mesmo com a inexistência de jovens na condição de trabalho de “bico” entre os egressos, não atingiu os níveis que lhes conferem a condição de cidadãos, tendo em vista que a maioria não desenvolvia trabalho considerado digno ainda que mais de 1/4 estivesse formalmente inserido no mercado de trabalho e que mostrasse pequenos avanços numéricos em relação ao grupo de controle e outros mais, como no referente à visão de si mesmo no mundo do trabalho, no referente a insatisfações que os conduzissem a buscarem trabalhos com maiores remunerações e respeitabilidade social.

Assim sendo, apesar da não existência de jovens egressos em ocupações consideradas “bico” - o que se constitui como um diferenciador - quando comparamos a localização de jovens egressos e não ingressantes em trabalho com vínculos formais, mas que não se encaixam nos padrões do trabalho digno percebemos que os efeitos provocados pelo PJ não alcançaram níveis que possam ser considerados como referências de cidadania, pois esse tipo de trabalho não corresponde ao requerimento dos direitos para tal.

Importa nesta análise observar que o trabalho com esse formato tem expandido muito no Brasil e em São Luís. Últimas pesquisas realizadas em dezembro do ano de 2011 anunciaram índice de 5,2% de queda no desemprego do país (IBGE, 2011), sendo o mais significativo dos últimos nove anos. Contudo, Arroyo (2007) já vem alertando a problemática que esses índices de pesquisas revelam, pois, em geral, tratam de trabalho precarizado, subempregos que não garantem a sobrevivência imediata e acarretam consequências danosas. Que perspectivas futuras pode ter um jovem que será identificado como sujeito que exerce indefinidamente um trabalho sem dignidade? Além da visão negativa de si mesmo, o traço mais sério é a insegurança. Ele não tem uma configuração clara de trabalhador. Ao contrário, cria a ideia de ser alguém sem horizontes, e não ter horizontes é não construir um caminho: “Não projetar-se no tempo como horizonte é estar atrás do tempo, não controlar o seu tempo humano.” (ARROYO, 2007, p. 8).

Por outro lado, os jovens egressos, mesmo ocupando postos que não condiziam com suas perspectivas, estavam isentos dessa característica, pois revelaram possuir muitas



expectativas de futuro. Mesmo aqueles que se encontravam insatisfeitos com o trabalho que exerciam, estabeleciam projetos com prospecção de vida. Além disso, muitos possuíam muitos sonhos pessoais: ter uma vida melhor, estudar, trabalhar, constituir família, ter segurança financeira e ver os seus descendentes prosperarem com dignidade.

3. PARA CONCLUIR

Antes de ter expectativa de participação no crescimento do país, como requerem as determinações das organizações internacionais⁵ e agências multilaterais⁶ imbutidas nas políticas para juventude, os jovens egressos participavam do mesmo contexto social daqueles que, longe de um bem viver democrático, são motivo de preocupação da sociedade, ao integrarem um grupo de risco com maior propensão à violência e à marginalidade. Por estas exercerem efeitos danosos sobre a segurança pessoal e sobre a imagem que fazem de si mesmos, assim, tais sujeitos terminam se afastando das diversas formas de pertencimento, o que reforça a negatividade e acaba por levá-los a sucumbirem à situação de vulnerabilidade.

. Contudo, tal situação não chega a abalar determinantemente as formas de pertencimento e agregação dos concluintes do programa, tampouco reduz a confiança que esses jovens depositam no mundo, no futuro e em si mesmos. Com o decorrer de nossas análises, nos encaminhamos a concluir que, apesar das variáveis existentes no percurso do estudo, em que algumas possuem implicações direcionadas propriamente ao PJ, o contexto conjuntural inerente à sociedade em que vivemos, com suas férteis desigualdades das mais variadas ordens, influencia e muito determinam os limites de cidadania, dispensando objetivamente a ela, feições correspondentemente aos níveis sociais a que os sujeitos pertencem. Assim, não possuir cidadania plena assegurada é uma forte característica das pessoas que compõem os estratos sociais mais baixos.

Portanto, mesmo tendo aproveitado as oportunidades oferecidas pelo PJ, as restrições impostas pela conjuntura social impediram que os egressos pudessem usufruir da cidadania em sua totalidade. Desta maneira, o PJ não proporcionou completa cidadania aos egressos, mas contribuiu de forma particular para amenizar o estado de vulnerabilidade dos beneficiários egressos.

⁵ ONU, Unesco e OIT

⁶ BM e BIRD



REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma Contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília. R. N.; CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 115-142.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **Rev. Educ. Jovens e Adultos**, v. 1, p. 01-108, ago. 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição de uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. Secretaria Geral da Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem. **Projeto do Programa ProJovem**: educação qualificação e Ação Comunitária. Brasília, DF, 2005.

DRAIBE, Sonia M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de umtrabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/ PUC, 2001. p. 8-33.

IBGE. **Pesquisa** mensal de **emprego...** Divulgação: 26/01/2012 (Referência: Dezembro 2011). Disponível em: < <http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Descendente nas Américas**. Brasília, DF, 2006.

SILVA, Maria Osanira da Silva et al. **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2008.